

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO CEARÁ | Fundado em 16/04/1989, no 1º Congresso Estadual da Categoria

# 14º Congresso do Sintsef-CE aprova Plano de Lutas



Foto: Letícia Alves/Sintsef-CE

**NESTA EDIÇÃO** | 14º Congresso do Sintsef-CE reúne mais de 400 participantes e aprova Plano de Lutas para orientar a atuação da entidade; mudanças no Estatuto fortalecem a organização sindical e definem calendário eleitoral; Sindicato convoca filiadas e filiados para a Convenção Cutista; Plano de Lutas estabelece prioridades para servidores, aposentados, pensionistas e empregados públicos; Mesa Nacional da HU Brasil debate valorização salarial, auxílio-transporte e direitos dos trabalhadores; Trabalhadores da Conab no Ceará aprovaram por unanimidade proposta do ACT 2026-2027.

## na base

Saiba como foi o 14º Congresso do Sintsef-CE;  
Veja a convocatória da Convenção Cutista

Pág 3

## galeria

Confira a galeria de imagens do 14º  
Congresso do Sintsef-CE

Pág 4 e 5

## empresas públicas

Acompanhe os debates da Mesa Nacional da  
HU Brasil; Trabalhadores da Conab aprovam  
ACT 2026/2027

Pág 7 e 8

**CONVENÇÃO  
CUTISTA**  
DO SINTSEF-CE

**31** DE  
OUTUBRO  
SÁBADO



**8H**



**SEDE DO  
SINTSEF-CE**



## ELEIÇÕES 2026: AVANÇAR OU RETROAGIR NAS CONQUISTAS?

O resultado do primeiro turno das eleições de 2026 acendeu um sinal de alerta para a classe trabalhadora. A nova composição do Congresso Nacional ampliou o peso político da direita e das forças conservadoras e fortaleceu ainda mais os setores que defendem a redução do papel do Estado, a austeridade fiscal, a precarização das relações de trabalho e a ampliação da participação privada na execução das políticas públicas.

O resultado também ampliou o espaço de partidos e grupos parlamentares identificados com pautas liberais na economia e conservadoras nos costumes. Ao lado das bancadas partidárias, ganharam força as frentes organizadas em torno de interesses econômicos e políticos específicos, como o agronegócio, o setor financeiro, a indústria armamentista e os grupos conservadores.

Essa correlação de forças impõe riscos concretos para a aprovação de avanços sociais e cria um ambiente favorável à retomada de propostas que atingem direitos trabalhistas, previdenciários e sociais, enfraquecem políticas públicas e reduzem a capacidade do Estado de atuar diretamente na garantia de direitos.

Para a classe trabalhadora, o perigo está na combinação entre austeridade fiscal, redução do Estado e precarização do trabalho, uma combinação que se sustenta na ideia de que serviços públicos são in-

ficientes e direitos sociais devem ser submetidos aos limites impostos pelo mercado.

O SINTSEF/CE rejeita e combate frontalmente essa concepção. As políticas públicas formam o salário indireto da classe trabalhadora; são a forma concreta pela qual milhões de brasileiras e brasileiros têm acesso à saúde, educação, previdência, assistência, fiscalização, ciência, cultura, proteção ambiental, infraestrutura e tantos outros direitos. E, para que essas políticas continuem, é essencial a valorização dos servidores e empregados públicos. Atacar o serviço público significa atacar os trabalhadores públicos e também atacar diretamente as condições de vida da população.

As contrarreformas administrativas, como a PEC 32/2020, que permanece pronta para votação no Plenário da Câmara, e a PEC 38/25, significam a própria demolição dos serviços públicos e dos direitos dos servidores. Atacam diretamente a estabilidade funcional e buscam a precarização dos vínculos trabalhistas como medidas para favorecer as privatizações e os cortes em investimentos públicos, a fim de atender aos interesses de rentistas e banqueiros.

O mercado financeiro já "reagiu" positivamente ao resultado eleitoral. No primeiro pregão após o primeiro turno, o Ibovespa ultrapassou pela primeira vez a marca de 200 mil pontos, valorização que refletiu,

entre outros fatores, as expectativas do mercado em relação aos rumos da política econômica e fiscal. Para os abutres que vivem da renda financeira, a perspectiva de um Congresso mais alinhado à austeridade representa uma oportunidade de enriquecer ainda mais!

Para os trabalhadores, entretanto, essa mesma agenda significa redução do custo do trabalho, com pressão sobre salários, concursos, carreiras, investimentos sociais e capacidade de prestação direta de serviços públicos.

Por isso, o segundo turno presidencial é decisivo.

O resultado da eleição para a Presidência da República poderá produzir diferentes relações entre Executivo e Congresso a partir de 2027. Um governo que se alinhe integralmente à agenda fiscalista e às pressões pela redução do Estado encontrará no novo Congresso uma base política mais ampla para avançar, destruindo direitos, políticas públicas e estruturas estatais. Uma orientação distinta poderá, por outro lado, estabelecer outra dinâmica institucional e criar condições diferentes para a disputa das políticas públicas e dos direitos sociais.

Contudo, nenhum resultado eleitoral resolverá por si só a questão colocada sobre os rumos do orçamento público, das reformas administrativas, das proteções trabalhistas e das políticas sociais. Ele

modifica a correlação de forças institucionais, mas não determina antecipadamente o resultado das lutas. A própria história dos trabalhadores brasileiros demonstra que direitos não foram concedidos espontaneamente por maiorias parlamentares, mas conquistados pela organização, pela mobilização e pela capacidade da classe de enfrentar interesses econômicos poderosos.

O SINTSEF/CE defenderá com ainda mais firmeza o concurso público, o Regime Jurídico Único, a estabilidade, a negociação coletiva, a valorização salarial, a progressão funcional e a estruturação das carreiras. Por outro lado, nossa entidade continuará combatendo os projetos de terceirização e a privatização de serviços públicos, que transformam o Estado social em um balcão de negócios.

Está em disputa, neste momento, a possibilidade de termos melhores ou piores condições de continuar a luta por nossas reivindicações e avançar em nossas conquistas. Está também em disputa o caráter do Estado brasileiro e sua capacidade de garantir direitos à maioria da população.

O período exige de nós ainda mais organização e unidade para defender o futuro dos nossos direitos e conquistas!.

A Direção Colegiada

### EXPEDIENTE

**Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará - Rua 24 de Maio, 1201. Centro. Cep: 60.020-000 Fortaleza/CE - Fone: 85 3255.7349** **Direção Colegiada - Coord. Geral:** Francisco Flávio Inácio de Lima e Roberto Luque de Sousa **Coord. Jurídica:** Francisco Adriano Duarte Fernandes, José de Assis e Sandra Lúcia da Silva Mota **Coordenação de Comunicação:**

**Coord. de Formação Política:** José Afonso Barbosa da Costa, Luiz Lula de Souza Filho **Coord. de Finanças:** Josemar Martins Lima, Raimundo Nonato Costa Júnior **Coord. Sócio cultural:** Francisco José Alexandre Sousa, José Eugênio Tavares Barbosa **Coord. de Aposentados e Pensionistas:** Hervalino da Silva Moreira, Keila Margareth Candido Rolim, Pedro Jorge Guedes Barroso **Coord. Administrativa:** Lucy Mary Gomes Matos, Francisco Flávio Inácio de Lima, José Helio Alves de Araújo **Coordenação de Org. e Sindicalização:** José Artur Camurça Torres, José Zézito dos Santos, Marcelo da Costa Miranda **Coord. de Saúde do Trabalhador:** Carlos Eugênio Pereira Soares, Cícero Dias Lima, Daniel da Cruz de Oliveira **Coord. de Mulheres, Gênero, Raça, Diversidade e Juventude:** Barbara Osório Xavier Montezuma, Flávia Teixeira Sabóia, Maria Arlete Pereira Araújo **Coord. de Empresas Públicas:** Andréia de Sousa Quintela, Elizeu Lima Sousa, Francisca Gerina Gomes Braga. **Conselho Fiscal:** Abelardo Alencar de Lima, Antônia Lúcia Gomes dos Santos, Antônio Lima Santana da Costa Júnior, Benedito Batista de Holanda, José Augusto da Silva, José Rotiélcio e Silva, Liduina Ferreira dos Santos, Manoel Pereira de Queiroz Filho, Maria Ivonilde da Silva Sales. **Jornalista responsável:** Júnior Tavares e Letícia Alves, Guilherme Azevedo e Mariah Salvatore (estagiários) **Diagramação:** Letícia Alves **Tiragem:** 6 mil exemplares **Impressão:** Expressão Gráfica

## CONGRESSO

**14º Congresso do Sintsef-CE aprova Plano de lutas para avançar nas conquistas dos servidores e empregados públicos federais**

Entre os dias 23 e 27 de setembro de 2026, o Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará (Sintsef-CE) realizou, no Hotel Parque das Fontes, em Beberibe, o seu 14º Congresso. Mais do que cumprir uma etapa prevista na organização da nossa entidade, o encontro reafirmou a importância da participação coletiva na construção dos caminhos que deverão orientar a atuação do Sindicato nos próximos anos.

Foram cinco dias de debates, análises e deliberações, com a participação dos delegados eleitos democraticamente em suas bases e dos membros natos, todos com direito a voz e voto, respeitadas suas condições e as regras estabelecidas pelas Mesas e referendadas pelo Plenário. O pleno exercício da democracia e o respeito ao Estatuto marcaram, assim, a construção coletiva de uma plataforma de lutas e reivindicações, capaz de apontar prioridades e estratégias para avançarmos na defesa de direitos e na conquista de novas pautas.

A programação contemplou quatro grandes mesas de debate: Conjuntura Nacional e Internacional; Balanço da Organização e da Luta dos Trabalhadores; Serviço Público, Empresas Públicas e Negociação Coletiva; e Estratégias junto ao Movimento de Mulheres, Gênero, Raça, Diversidade e Juventude.

Ao todo, 14 palestrantes de diferentes segmentos contribuíram para as discussões, entre eles representantes da Condsef/Fenadsef, CUT e Dieese, além de convidados de outras entidades e instituições. As exposições e a participação dos mais de 400 congressistas (filiais(as)) presentes proporcionaram um importante espaço de reflexão sobre a conjuntura nacional e internacional, a realidade da classe trabalhadora e os desafios colocados para a organização sindical.

Esse processo não se limitou às mesas. Duas teses foram apresentadas ao Congresso e, posteriormente, discutidas nos grupos de trabalho. Delegados e delegadas puderam apresentar contribuições, aprofundar os debates e aperfeiçoar as propostas, que seguiram para apreciação e deliberação na plenária. Dessa forma, o resultado do Congresso expressa uma construção coletiva, feita a partir da participação direta da categoria.

**Assembleia Estatutária e fortalecimento da organização sindical**

Um dos momentos centrais do Congresso ocorreu no sábado (26), com a realização da Assembleia Geral Extraordinária,

convocada para discutir e deliberar sobre alterações no Estatuto do Sintsef-CE.

Entre as mudanças aprovadas, destacamos a reafirmação da independência sindical frente a partidos e governos, prevista no artigo 6º, estabelecendo a incompatibilidade entre o exercício de mandato parlamentar e a ocupação simultânea de cargos nas instâncias do Sintsef-CE.

Outra deliberação diz respeito à formação das chapas para as eleições do Sindicato, prevista no artigo 62. A alteração estabelece que, durante a Convenção Cutista, poderão ser apresentadas uma ou mais chapas para concorrer ao processo eleitoral, garantindo liberdade de organização e de escolha aos filiados e filiadas, sem imposição de participação em qualquer composição. Vale destacar que o Sintsef-CE é o único sindicato filiado à CUT que mantém em seu Estatuto a realização da Convenção Cutista.

A Assembleia também definiu o calendário eleitoral para a Gestão 2027–2031. A Convenção Cutista será realizada em 31 de outubro de 2026; as inscrições de chapas ocorrerão nos dias 9 e 10 de novembro; as eleições serão realizadas em 9 e 10 de dezembro; e a posse da nova Direção Colegiada e do Conselho Fiscal está prevista para 13 de março de 2027.

As alterações aprovadas representam um passo importante para o aprimoramento da organização sindical e reafirmam princípios que orientam a atuação do Sintsef-CE, especialmente a independência da entidade diante de partidos, governos e patrões, a democracia interna e a participação de sua base nas decisões do Sindicato.

**Um Congresso construído coletivamente**

O 14º Congresso também ficará marcado como o maior já realizado na história do Sintsef-CE. Sua realização foi resultado de um amplo processo de organização e planejamento administrativo e financeiro, que tornou possível custear integralmente um evento dessa dimensão e garantir as condições necessárias para a participação da categoria.

Chegamos ao encerramento do Congresso, no domingo (27), com uma avaliação positiva e, sobretudo, com a responsabilidade de transformar os debates e deliberações desses cinco dias em ação sindical concreta. O Congresso termina, mas aquilo que foi construído nele precisa continuar presente no cotidiano da nossa entidade.

## CONVOCATÓRIA

**Sintsef-CE convoca filiadas e filiados para Convenção Cutista no dia 31 de outubro**

O Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará – SINTSEF-CE convoca suas filiadas e seus filiados para a Convenção Cutista, a ser realizada no dia 31 de outubro de 2026 (sábado), conforme estabelecido pelo Estatuto do SINTSEF-CE, aprovado no 14º Congresso da entidade, realizado em setembro de 2026.

A Convenção será realizada em conformidade com o Artigo 62 do Estatuto, que estabelece que as eleições do SINTSEF-CE serão precedidas por Convenção Cutista, na qual serão apresentadas uma ou mais chapas para a Direção Colegiada e uma ou mais chapas para o Conselho Fiscal, no campo da CUT, para concorrer ao pleito eleitoral. Em conformidade com o Artigo 72 do estatuto, a Convenção Cutista elegerá a Comissão Eleitoral composta por 9 (nove) membros efetivos, que conduzirá as eleições.

A realização da Convenção no dia 31 de outubro também atende ao calendário eleitoral aprovado pelo 14º Congresso e estabelecido

no Artigo 135 das Disposições Transitórias, para a Gestão 2027–2031:

**31 de outubro de 2026** – Convenção Cutista

**9 e 10 de novembro de 2026** – Período de inscrição de chapas

**9 e 10 de dezembro de 2026** – Eleições

**13 de março de 2027** – Posse da nova Direção Colegiada e do Conselho Fiscal

O SINTSEF-CE reforça a importância da participação das filiadas e dos filiados neste processo democrático de organização e construção da próxima gestão da entidade.

**CONVENÇÃO CUTISTA DO SINTSEF-CE**

Data: 31 de outubro de 2026 (sábado)

Horário: 8h

Local: Sede do Sintsef-CE - Rua 24 de Maio, 1201 - Centro, Fortaleza - CE, CEP 60020-001.

# galeria de imagens

## PROGRAMAÇÃO DO 14º CONGRESSO DO SINTSEF-CE



**REGIMENTO INTERNO**



**MESA DA ABERTURA**



**CONJUNTURA NACIONAL E INTERNACIONAL**  
(Palestrantes: Edison Vitor Cardoni, Helder Molina e Sergio Ronaldo da Silva)



**BALANÇO DA ORGANIZAÇÃO E DA LUTA DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS**  
(Palestrantes: José Carlos de Oliveira, Maria Gizelia da Rocha Fonseca e Roberto Luque de Sousa)



**SERVIÇO PÚBLICO, EMPRESAS PÚBLICAS E A NEGOCIAÇÃO COLETIVA**  
(Palestrantes: Jussara Griffó, Leda Vasconcelos, Max Leno de Almeida e Pedro Armengol)



**ESTRATÉGIAS JUNTO AO MOVIMENTO DE MULHERES, GÊNERO, RAÇA, DIVERSIDADE E JUVENTUDE**  
(Palestrantes: Mariana da Silva Santana, Mônica Machado Carneiro, Maria das Graças Costa e Anne Gabrieli Fernandes Tavares)

# galeria de imagens

## DELEGAÇÕES PRESENTES NO 14º CONGRESSO DO SINTSEF-CE



FORTALEZA



CARIRI



CENTRO-SUL



INHAMUNS



MACIÇO DE BATURITÉ



NORTE



SERTÃO CENTRAL



TRÊS CLIMAS



VALE DO JAGUARIBE

## ASSEMBLEIA ESTATUTÁRIA (26.09.2026)



# Plano de Lutas define prioridades para a atuação do Sintsef-CE

O 14º Congresso do Sintsef-CE finalizou com a plenária do dia 27 de setembro. Das discussões realizadas durante os cinco dias de Congresso saiu uma agenda concreta de reivindicações que deverá orientar a atuação do Sindicato no próximo período.

O Plano de Lutas aprovado pelos delegados e delegadas reúne pautas que alcançam servidores ativos, aposentados e pensionistas, além dos empregados das empresas públicas. Salários, carreiras, benefícios, previdência, condições de trabalho, atendimento aos aposentados, direitos das mulheres e enfrentamento ao endividamento estão entre os temas que passam a compor as prioridades da entidade.

Mais do que uma relação de reivindicações, o documento expressa as escolhas feitas coletivamente pela categoria sobre onde concentrar a organização, a negociação e a mobilização sindical. Entre os principais objetivos está enfrentar as desigualdades que permanecem dentro do próprio serviço público federal.

## CARREIRAS E SALÁRIOS: CORRIGIR DISTORÇÕES E VALORIZAR TODOS OS NÍVEIS

Uma das prioridades aprovadas é a correção das distorções salariais existentes na administração pública federal direta, autárquica e fundacional. O Plano de Lutas defende tabelas salariais para todas as carreiras e planos tendo como referência as tabelas da Carreira de Regulação e Fiscalização das Agências Reguladoras.

Para o nível superior, a reivindicação aponta para uma tabela entre R\$ 17.726,42 e R\$ 29.119,71. Para o nível intermediário, entre R\$ 8.697,59 e R\$ 14.543,18. Já para o nível auxiliar, a proposta é estabelecer como piso o salário mínimo necessário calculado pelo Dieese, que correspondia a R\$ 7.156,15 em janeiro de 2026.

A valorização dos níveis médio e auxiliar aparece, portanto, como uma reivindicação específica do Plano, ao lado da defesa de que todos os servidores sejam incorporados aos novos planos de carreira, incluindo aposentados e pensionistas.

## APOSENTADOS E PENSIONISTAS NO CENTRO DAS REIVINDICAÇÕES

O Plano de Lutas também estabelece pautas específicas para aposentados e pensionistas. Entre elas está a criação de um auxílio-nutrição no valor de R\$ 1.300, com reajuste pelo INPC.

Outra reivindicação é o fim do Decipex e o retorno do atendimento aos aposentados e pensionistas em seus respectivos órgãos, inclusive de forma presencial. A proposta busca restabelecer uma relação mais direta entre quem dedicou sua vida profissional ao serviço público e os órgãos aos quais esteve vinculado.

Ao incluir aposentados e pensionistas nos novos planos de carreira e reivindicar políticas específicas para esse segmento, o Congresso reafirmou que a defesa dos direitos da categoria não termina com a aposentadoria.

## EMPRESAS PÚBLICAS: AUMENTO REAL E CARREIRA

Para os empregados das empresas públicas, o Plano aprovado estabelece como prioridade a luta por aumento real de salários nas negociações dos Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs).

Também estão entre as reivindicações a implantação de verdadeiros Planos de Cargos e Salários, com mecanismos efetivos de progressão funcional, e a criação ou o fortalecimento dos planos de previdência complementar.

A defesa das empresas públicas e da valorização de seus trabalhadores integra, assim, a mesma agenda de fortalecimento do Estado e dos serviços prestados à população.

## DIREITOS DAS MULHERES TRABALHADORAS

As reivindicações aprovadas também incorporam pautas específicas das mulheres. O Plano defende a ampliação do orçamento destinado à rede pública de enfrentamento à violência contra as mulheres e medidas de proteção à gestação e à lactação, com incentivo à implantação de salas de apoio à amamentação nos locais de trabalho.

Outra deliberação é lutar pela ampliação da presença das mulheres trabalhadoras nos cargos de chefia e direção das empresas e dos órgãos públicos.

As propostas articulam, dessa forma, a luta sindical por melhores condições de trabalho com o enfrentamento às desigualdades que ainda atingem as mulheres dentro e fora do ambiente profissional.

## BENEFÍCIOS IGUAIS E ENFRENTAMENTO AO ENDIVIDAMENTO

O Congresso aprovou ainda a defesa da equiparação dos valores dos benefícios pagos aos servidores dos Três Poderes, enfrentando diferenças existentes entre trabalhadores que integram o serviço público federal.

Outra reivindicação é a criação do Plano Desenrola Servidor, dentro do Programa Desenrola Brasil, com medidas voltadas aos servidores públicos endividados.

## DO CONGRESSO PARA A LUTA

Com a aprovação do Plano de Lutas, as discussões realizadas no 14º Congresso passam a se transformar em orientação para a atuação cotidiana do Sintsef-CE. O desafio agora é fazer com que aquilo que foi debatido e aprovado democraticamente pelos delegados e delegadas chegue aos locais de trabalho, dialogue com toda a categoria e se transforme em organização e pressão por conquistas.

### PLANO DE LUTAS

PRINCIPAIS EIXOS APROVADOS NO 14º CONGRESSO DO SINTSEF-CE

#### 1 APOSENTADOS E PENSIONISTAS



Auxílio-nutrição de  
**R\$ 1.300,00**  
reajustado pelo INPC.



Inclusão nos novos  
planos de carreira.



Fim do Decipex e retorno  
do atendimento presencial  
nos órgãos de origem.

#### 3 EMPRESAS PÚBLICAS



Aumento real de salários  
nas negociações dos ACTs.



Implantação de verdadeiros  
Planos de Cargos e Salários  
com progressão funcional.



Criação ou fortalecimento  
dos planos de previdência  
complementar.

#### 5 BENEFÍCIOS



Equiparação do valor  
dos benefícios entre  
os servidores dos  
Três Poderes.

#### 2 CARREIRAS E SALÁRIOS

Correção das distorções salariais e valorização dos níveis médio e auxiliar, com tabelas para todas as carreiras espelhadas na Carreira de Regulação e Fiscalização.

|                     |                                                                                       |
|---------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|
| NÍVEL SUPERIOR      | <b>R\$ 17.726,42</b><br>a <b>R\$ 29.119,71</b>                                        |
| NÍVEL INTERMEDIÁRIO | <b>R\$ 8.697,59</b><br>a <b>R\$ 14.543,18</b>                                         |
| NÍVEL AUXILIAR      | <b>R\$ 7.156,15</b><br>(salário mínimo necessário<br>calculado pelo Dieese, jan/2026) |

#### 4 MULHERES TRABALHADORAS



Ampliação do orçamento para  
a rede pública de combate à violência  
contra as mulheres.



Proteção à gestação e lactação,  
com incentivo à implantação de salas  
de apoio à amamentação nos locais  
de trabalho.



Ampliação da presença das mulheres  
nos cargos de chefia e direção das  
empresas e órgãos públicos.

#### 6 ENDIVIDAMENTO



Criação do Plano Desenrola Servidor  
dentro do Programa Desenrola Brasil,  
com medidas voltadas aos servidores  
públicos endividados.

### **Mesa Nacional da HU Brasil debate valorização salarial, auxílio-transporte e direitos dos trabalhadores**



A 6ª Reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) da HU Brasil, realizada no dia 30 de setembro, reuniu representantes da Condsef/Fenadsef, de outras entidades nacionais e da gestão da empresa para discutir uma série de questões que afetam diretamente os trabalhadores dos hospitais universitários. Entre os principais assuntos estiveram a valorização salarial da categoria, o auxílio-transporte, mudanças no Banco de Movimentação de Pessoas, critérios para realização de plantões extras e a compensação dos trabalhadores convocados para atuar nas eleições.

A reunião começou com uma apresentação da HU Brasil sobre os cenários e desafios enfrentados pela estatal. A empresa apresentou dados sobre a evolução da rede desde sua criação, investimentos realizados nos hospitais universitários e programas relacionados à pesquisa, extensão e cuidado com os trabalhadores, destacando a contribuição dos empregados para os resultados alcançados.

Diante dos números apresentados, a Condsef/Fenadsef defendeu que os resultados positivos da empresa também sejam utilizados nas discussões com a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) para reivindicar valorização salarial. As entidades voltaram a cobrar aumento real e medidas para enfrentar a defasagem acumulada nos salários da categoria desde 2014, ressaltando que os resultados alcançados pela HU Brasil dependem diretamente do trabalho desenvolvido diariamente pelos empregados da rede.

A representação dos trabalhadores também reivindicou orçamento específico para a realização da Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT) e para as atividades das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA), além de defender maior padronização na aplicação das normas da HU Brasil, diante das diferentes interpretações adotadas pelas unidades da rede.

A empresa reconheceu que os avanços esperados pelos trabalhadores ainda não foram alcançados, mas destacou conquistas em cláusulas sociais e iniciativas voltadas ao cuidado com os empregados. Também informou que está sendo realizada uma consultoria a partir dos dados levantados pelo Censo HU Brasil, com o objetivo de orientar ações de melhoria e enfrentar desigualdades identificadas internamente.

#### **Entidades conseguem suspensão de corte do auxílio-transporte**

Um dos principais encaminhamentos da reunião ocorreu durante a discussão sobre o auxílio-transporte. As entidades relataram que trabalhadores estavam recebendo notificações sobre a possibilidade de suspensão do benefício para aqueles que residem em municípios não contíguos à cidade onde está localizado o hospital em que trabalham.

A Condsef/Fenadsef lembrou que o assunto já havia sido levado à Mesa Nacional anteriormente e que as entidades haviam solicitado a revisão das mudanças antes que qualquer medida pudesse causar prejuízo aos empregados. Também cobraram o posicionamento da área jurídica da empresa e argumentaram que alterações no Plano de Benefícios precisam ser discutidas com as representações sindicais.

Durante o debate, as entidades defenderam a suspensão da aplicação da norma e a abertura de discussão sobre o Plano de Benefícios. Ao final, a HU Brasil concordou com a suspensão do corte do auxílio-transporte e informou que a decisão seria encaminhada à área técnica. O resultado representa um importante avanço para os trabalhadores que dependem do

benefício, enquanto seguem as discussões sobre as regras que deverão ser aplicadas.

#### **Mudanças no Banco de Movimentação são questionadas**

Outro tema que provocou amplo debate foi a alteração dos critérios de prioridade no Banco de Movimentação de Pessoas. Segundo as entidades sindicais, anteriormente a ordem de prioridade considerava pessoa com deficiência (PcD), tempo de empresa e, posteriormente, a data de inscrição no Banco. A alteração promovida pela empresa modificou a posição dos dois últimos critérios, provocando mudanças significativas nas filas de movimentação.

As entidades questionaram a forma como a mudança foi conduzida e argumentaram que os trabalhadores que já estavam inscritos e possuíam uma posição consolidada não deveriam ser prejudicados. Por isso, defenderam a criação de um marco temporal que preserve a situação daqueles que ingressaram no Banco antes da alteração.

A gestão informou que as entidades haviam sido comunicadas previamente por e-mail sobre a revisão da norma e sustentou que os novos critérios trouxeram avanços ao processo. Também afirmou que o sistema já foi modificado e que não há possibilidade de retornar ao modelo anterior. As representações sindicais solicitaram acesso à versão final da norma para conhecer integralmente as alterações realizadas.

Também foram apresentadas preocupações relacionadas aos empregados aprovados em concursos para macrorregiões, que estariam enfrentando maiores dificuldades para movimentação para hospitais localizados fora dessas áreas. A empresa esclareceu que, após dois anos, esses trabalhadores podem ingressar no Banco de Movimentação de Pessoas.

Durante a discussão, a HU Brasil informou ainda que haverá novo concurso público utilizando a Fundação Getúlio Vargas (FGV), com a qual existe contratação continuada para realização de concursos pelo período de cinco anos, iniciado em 2024.

#### **Plantões extras e critérios de participação entram na pauta**

As regras relacionadas aos plantões extras também foram discutidas. As entidades apontaram que as escalas são encaminhadas antecipadamente à sede para autorização, mas que as necessidades reais das unidades podem mudar posteriormente, especialmente diante de afastamentos já previstos, como férias e licenças de maior duração.

Outro questionamento envolveu a utilização de critérios que possam excluir trabalhadores da realização de horas extras. As representações defenderam que a apresentação de atestados ou a participação em movimentos grevistas não sejam utilizadas como impedimento para que empregados aptos possam participar dos plantões extras.

A empresa explicou que existe limite orçamentário para a liberação das horas extras devido às exigências de aprovação pela União. Reconheceu, entretanto, problemas relacionados ao dimensionamento de pessoal e informou que está trabalhando para buscar soluções. A gestão também pediu que situações em que as unidades adotem regras diferentes daquelas estabelecidas nacionalmente sejam comunicadas, para evitar a continuidade de procedimentos divergentes.

#### **Trabalho nas eleições também é discutido**

A Mesa Nacional tratou ainda dos direitos dos empregados convocados pela Justiça Eleitoral. A discussão ocorreu a partir da orientação interna prevista no POP-DGP-020 e de questionamentos apresentados pelas entidades sobre a forma de compensação dos dias destinados ao serviço eleitoral.

Durante a reunião, foi apresentado um ofício obtido por entidade sindical de Minas Gerais junto à Justiça Eleitoral contendo orientações sobre o tema. Como encaminhamento, a HU Brasil informou que emitiria, em 1º de outubro, orientação às Divisões de Gestão de Pessoas (DIVGPs) dos hospitais universitários sobre a dispensa e a compensação relacionadas às atividades prestadas à Justiça Eleitoral.

As pautas restantes (declaração de acompanhamento para tratamento de filhos com deficiência; períodos adicionais para empregados com dependentes com deficiência e que não possuem redução de jornada; prioridade para licença sem remuneração, licença sem prejuízo da remuneração para tratamento de filhos com deficiência) serão discutidas nas próximas reuniões da MNNP, que estão previstas para 29 de outubro e 2 de dezembro.

### **Trabalhadores da Conab no Ceará aprovaram por unanimidade proposta do ACT 2026-2027**



Os empregados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) no Ceará aprovaram, por unanimidade, o conjunto de propostas negociadas para o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2026-2027. A decisão foi tomada durante Assembleia Geral Extraordinária realizada presencialmente no dia 8 de setembro, em Fortaleza.

A assembleia foi convocada após o fechamento das propostas finais para o ACT e colocou em votação, em bloco, o conjunto de cláusulas que haviam sido alteradas ao longo do processo de negociação. Por se tratar da forma final fechada na mesa de negociação, as propostas foram submetidas aos trabalhadores sem possibilidade de alterações individuais.

Durante a assembleia, os empregados fizeram uma avaliação positiva do acordo e destacaram os avanços obtidos ao longo do processo de negociação. A avaliação dos presentes foi de que o resultado alcançado contemplava conquistas importantes para os trabalhadores da Conab, levando à aprovação unânime do conjunto apresentado.

Entre os principais pontos aprovados está a reposição de 100% do INPC acumulado entre setembro de 2025 e agosto de 2026 sobre salários e benefícios, com retroatividade à data-base de 1º de setembro, condicionada à assinatura do ACT até 30 de setembro de 2026.

Outro tema que integrou o acordo foi a jornada de trabalho dos empregados com doenças limitantes ou doenças crônicas e limitantes. Foi mantida a concessão da jornada de seis horas corridas, mediante comprovação por laudo médico substanciado, emitido por médico assistente e aprovado por médico da Companhia ou credenciado.

A nova redação da cláusula estabeleceu ainda que o benefício deverá ser concedido exclusivamente para fins de tratamento de saúde, não podendo ser utilizado para outros fins nem para acúmulo com outro cargo, emprego, gratificação de função ou gratificação técnica.

O conjunto aprovado também trouxe mudanças na nomenclatura de cláusulas do ACT. A cláusula anteriormente denominada "Assistência Social e Psicológica" passou a se chamar "Serviço Social e Psicológico". Já a denominação "Auxílio aos Portadores de Doenças e Pessoas com Deficiência" foi atualizada para "Auxílio às Pessoas com Doenças e Pessoas com Deficiência".

**Ausência para assuntos particulares e preparação para aposentadoria**

Também houve alteração na cláusula referente à Ausência para Tratar de Assuntos Particulares (AAPP). O caput foi mantido sem

alterações e foi acrescentado um parágrafo único estabelecendo prazo para os pedidos relativos a períodos retroativos.

Pelo texto aprovado, a solicitação da AAPP para período retroativo deverá ser realizada no prazo máximo de cinco dias após o usufruto da licença. Caso o pedido não seja feito dentro desse período, a ausência poderá ser caracterizada como falta injustificada.

Outra alteração ocorreu no Programa de Preparação para Aposentadoria. A cláusula passou por adequação de redação e incluiu compromisso de implantação, além da substituição da referência ao Fórum de Relações de Trabalho (FRT) pela Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP).

#### **Mesa Nacional de Negociação Permanente**

A criação da Mesa Nacional de Negociação Permanente da Conab (MNNP-Conab) foi outro ponto aprovado no processo de negociação do ACT 2026-2027. A nova Mesa substituirá o Fórum de Relações do Trabalho e terá como objetivo propiciar democraticamente a discussão dos conflitos das relações de emprego, visando à melhoria das condições de trabalho dos empregados.

A composição e o funcionamento da MNNP-Conab serão definidos em regimento aprovado pelos representantes da empresa, pelas entidades representativas signatárias do acordo e pelos trabalhadores escolhidos por essas entidades representativas.

Também ficou estabelecida a periodicidade de funcionamento da Mesa. A MNNP-Conab deverá se reunir ordinariamente, com a presença da maioria de suas representações, uma vez a cada bimestre. Reuniões extraordinárias também poderão ocorrer quando houver convocação do coordenador ou secretário, e os assuntos discutidos deverão ser registrados em ata própria.

Entre as demais adequações aprovadas está a atualização da sigla do Ministério do Trabalho na cláusula referente às revogações. A referência a MTB foi substituída por Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

#### **Aprovação unânime no Ceará**

Na assembleia do dia 8 de setembro, os trabalhadores votaram em bloco todas as cláusulas que haviam sido modificadas ao longo da negociação. A aprovação ou rejeição desse conjunto correspondia à aprovação ou rejeição da proposta negociada, enquanto as demais cláusulas do ACT seriam mantidas em caso de aprovação.

A decisão dos empregados da Conab no Ceará integrou o processo nacional de deliberação sobre o Acordo Coletivo. Após a assembleia, o resultado cearense foi encaminhado à Condsef/Fenadsef para ser consolidado com os resultados das assembleias realizadas nos demais estados. A definição final sobre o acordo seria feita a partir da maioria nacional das votações dos empregados da Conab em todo o país.

No Ceará, a aprovação por unanimidade refletiu a avaliação positiva dos trabalhadores presentes sobre o processo de negociação e os avanços alcançados na proposta final do ACT 2026-2027.

Atualmente, o Acordo Coletivo de Trabalho dos Empregados(as) da Conab encontra-se no CONSAD - Conselho de Administração para ser aprovado.